

**Processo** : TC-007190.989.20-2

**Entidade** : Prefeitura Municipal de Cerquilha

**Assunto** : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período  
examinado** : 2º quadrimestre de 2021

**Prefeito** : Sr. Aldomir José Sanson

**CPF nº** : 249.145.178-68

**Período** : 1/5/2021 a 29/8/2021

**Substituto<sup>1</sup>** : Sr. José Roberto Pilon

**CPF nº** : 027.189.898-40

**Período** : 30/08/2021 a 31/08/2021

**Relatoria** : Conselheiro Renato Martins Costa

**Instrução** : UR-9 – Sorocaba / DSF-II

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização da Seção UR-9.3,**

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos as notificações do Sr. Aldomir José Sanson e do Sr. José Roberto Pilon, responsáveis pelas contas em exame, sendo o último, o atual Prefeito (**Documento 1**).

---

<sup>1</sup> Informamos que o Sr. José Roberto Pilon, então Vice-Prefeito, assumiu o cargo de Prefeito do Município de Cerquilha em virtude do afastamento do então titular, Sr. Aldomir José Sanson, em cumprimento à decisão judicial (**Documento 2**).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	B	B	B
i-Planejamento	B	B+	B
i-Fiscal	B+	B+	B
i-Educ	B+	C+	C+
i-Saúde	B	B+	C+
i-Amb	A	B	C
i-Cidade	B+	C+	C
i-Gov-TI	C+	A	A

Obs.: Índices do exercício anterior após verificação/validação da Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e das fiscalizações ordenadas;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das eventuais denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O relatório do 1º quadrimestre está colacionado no Evento 19.9 destes autos.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-001243.989.21-7, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

## PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

### A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

#### A.1.1. CONTROLE INTERNO

Muito embora o sistema esteja regulamentado, os relatórios apresentados pelo Controle Interno são meramente informativos, não contendo apontamentos advindos de um efetivo acompanhamento das políticas públicas implantadas, consoante exemplo juntado nestes autos (**Documento 5**). Não há, inclusive, no relatório anexado, identificação do signatário.

A despeito da encimada falha, vislumbramos um acompanhamento de atos e despesas relacionadas à pandemia da Covid-19 (**Documento 6**).

Salientamos, ainda, o fato de o responsável pelo Controle Interno exercer, cumulativamente, cargo de agente político de Secretário de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (**Documento 7**). Citadas funções possuem escopos absolutamente diversos, em potencial prejuízo aos princípios da eficiência e da segregação de funções.

Dessa forma, resta parcialmente descumprido o disposto no artigo 66 das Instruções TCESP nº 1/2020, comprometendo o pleno atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim ao parágrafo único do artigo 54 e ao artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao parágrafo único do artigo 38 da Lei Orgânica desta Corte.

### A.3. OBRAS PARALISADAS

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota.

## PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

### B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Informamos, por oportuno, que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei nº 178, de 13 de janeiro de 2021.

#### B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 109.396.235,16	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 103.687.476,78	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 1.766.666,64	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ -	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -	
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 3.942.091,74</b>	<b>3,60%</b>

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

#### B.1.1.1. ANÁLISE DO ARTIGO 167-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Ente **não** superou o limite de 95% estabelecido pelo artigo 167-A da Constituição Federal, tendo em vista que no período de 12 meses anteriores ao 4º bimestre, a relação entre despesas correntes (R\$ 152.537.637,04) e receitas correntes (R\$ 179.898.993,62) correspondeu a 84,79%, inclusive abaixo do limite de 85% estabelecido no §1º do artigo 167-A.

Receita Corrente Arrecadada (Ente)		
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$	179.898.993,62
Despesa Corrente Liquidada (Ente)		
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$	152.537.637,04
Resultado do Ente Municipal		
Percentual (c) = (b) / (a)		84,79%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

#### B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive Antecipação de Receita Orçamentária – ARO.

##### B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal (39,22%)

### B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

### B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

#### B.3.1. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Não constatamos desatendimento à cronologia das exigibilidades.

## PERSPECTIVA C: ENSINO

### C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	24,39%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	21,60%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	21,20%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	59,45%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	59,45%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	59,10%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	59,45%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	59,45%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	59,10%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

No período examinado e com base na Despesa Empenhada, Liquidada e Paga, o Município apresenta percentuais de aplicação desfavoráveis ao atendimento do disposto no *caput* do artigo 212 da

Constituição Federal, no § 3º do artigo 25 e no *caput* do artigo 26, ambos da Lei Federal nº 14.113/2020, bem como no inciso XI do artigo 212-A da Constituição Federal.

Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o Município alertado**, por vinte e quatro vezes, consoante Notificações de Alertas (**Documento 4**).

A Secretaria Municipal de Educação, em virtude da pandemia da Covid-19, alterou a rotina escolar, com suspensão parcial das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino no período examinado. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem.

Das medidas informadas, destacamos:

- a) Ensino remoto via canais digitais;
- b) Oferecimento de material impresso, vídeos e pesquisas com atividades complementares;
- c) Reforço escolar *on-line*.

## **C.2. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO**

A fiscalização operacional consiste em uma das vertentes de atuação deste Tribunal, que encontra respaldo nas disposições dos artigos 32 e 33 da Constituição do Estado.

Ressaltamos que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, conforme previsão da Ordem de Serviço SDG nº 2/2021, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis, com destaque para a utilização do aplicativo *Microsoft Teams*, disponibilizado por esta E. Corte de Contas.

A fiscalização objetivou apurar a efetividade dos programas relativos ao Ensino, especificamente nas Unidades Escolares geridas pelo próprio Executivo local.

Para tanto, na vistoria remota realizada, verificamos se as condições essenciais para que isso ocorresse estavam plenamente satisfeitas – tais como: avaliação diagnóstica dos alunos na retomada das aulas presenciais, serviços de psicologia educacional e serviço social, itens de





segurança e higiene, medidas sanitárias, instalações físicas, equipamentos, distribuição de merenda escolar, acessibilidade, dentre outros fatores.

Foi selecionada a seguinte unidade para o acompanhamento:

Unidade Vistoriada
Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professor Artur Luiz Gayotto

O questionário realizado por esta Fiscalização encontra-se juntado a este laudo (**Documento 8**), assim como a cópia integral da gravação da Fiscalização Remota está salva no *Microsoft Teams*<sup>2</sup>.

Referida inspeção evidenciou irregularidades presentes na Unidade vistoriada, dentre as quais destacamos:

- A Secretaria, áreas de trânsito e de convivência dos funcionários e docentes não foram adaptadas às regras de distanciamento social;
- Há salas de aula onde não houve bloqueio de carteiras para uso dos alunos, estando todas disponíveis, situação que dificulta o distanciamento social;
- O intervalo de refeições de todas as turmas da Unidade ocorre no mesmo horário, tendendo a ocasionar aglomerações no refeitório e pátio da escola;
- Há banheiros que não apresentam itens básicos de higiene, como papel higiênico, sabão ou papel toalha;
- A Unidade não conta com Auto de Vistoria do Corpo dos Bombeiros (AVCB) e Licença da Vigilância Sanitária.

Constatamos, também, que a Unidade não elaborou planejamento para as atividades de recuperação de aprendizagem em decorrência do retorno às aulas presenciais, tampouco elaborou estratégias de reposição de aulas àqueles que necessitam de reforço escolar nas diversas disciplinas.

<sup>2</sup> Disponível em: [https://tcespgov.sharepoint.com/:v:/r/sites/Equipe-FiscalizacaoRemota-PMCerquilha/Shared%20Documents/General/Recordings/Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20Remota%20-%20EMEF%20Prof.%20Artur%20Luiz%20Gayotto%20\(PM%20Cerquilha\)-20211013\\_100259-Grava%C3%A7%C3%A3o%20de%20Reuni%C3%A3o.mp4?csf=1&web=1&e=1NR5f](https://tcespgov.sharepoint.com/:v:/r/sites/Equipe-FiscalizacaoRemota-PMCerquilha/Shared%20Documents/General/Recordings/Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20Remota%20-%20EMEF%20Prof.%20Artur%20Luiz%20Gayotto%20(PM%20Cerquilha)-20211013_100259-Grava%C3%A7%C3%A3o%20de%20Reuni%C3%A3o.mp4?csf=1&web=1&e=1NR5f) (necessário copiar o link no navegador).



Observamos, ainda, a inexistência de atuação de profissionais de psicologia educacional e serviço social na Unidade, em descumprimento às disposições da Lei Federal nº 13.935/2019.

Por fim, no tocante à merenda servida pela Unidade, pudemos observar a predominância do tipo “lanche”, em detrimento do tipo “refeição”. Solicitadas as fichas de controle da merenda servida no mês de setembro de 2021 (**Documento 9**) foi possível notar a distribuição de lanches em 13 dos 20 dias letivos, em desacordo com as diretrizes estabelecidas no artigo 2º da Lei Federal nº 11.947/2009 e ainda ao artigo 18, § 1º e 2º, bem como o artigo 19, § 1º da Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020 do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE<sup>3</sup>.

## PERSPECTIVA D: SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	38,09%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	29,47%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	29,17%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

## PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020> (data do acesso: 19/10/2021).

## PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

### H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

### H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No período em análise, constatamos o desatendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal, conforme consignado no item A.1.1. Controle Interno, deste laudo.

As recomendações/determinações emitidas em pareceres de contas anuais serão verificadas no relatório de fechamento do exercício.

## CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

**A.1.1. CONTROLE INTERNO:** Ausência de verificação da efetividade das políticas públicas; exercício de cargo de agente político por parte do responsável pelo controle interno;

**C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO:** Percentuais de aplicação desfavoráveis.

**C.2. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO:** Irregularidades na adoção de medidas de prevenção ao contágio do Novo Coronavírus; apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados;

**H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Desatendimento à Lei Orgânica e às Instruções desta E. Corte de Contas.



**TCESP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba – UR.9



À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.3 - Sorocaba, 20 de outubro de 2021

Leonardo Cepellos Monticelli

Agente da Fiscalização